

**Ano XXIV nº 6139 – 16 de setembro de 2019**

## **2º Seminário Jurídico contou com mais de cem dirigentes sindicais e assessores jurídicos de sindicatos e federações**

O último dia do 2º Seminário Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) aconteceu no dia 13/09, em São Paulo. Durante todo o dia mais de cem dirigentes sindicais e assessores jurídicos de sindicatos e federações debateram temas relacionados à Previdência Social em tempos de reformas e futuro do trabalho.

O secretário de Assuntos Jurídicos da Contraf-CUT, Mauri Sérgio Martins de Souza, comentou sobre a importância da participação das entidades no seminário e da luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora. “Durante o seminário foram abordados, com muita propriedade pelos participantes, os riscos que a “deforma” da Previdência e as novas tecnologias trazem para a classe trabalhadora e o quanto a categoria tem que estar mobilizada na resistência e em não aceitar a perda de direitos”, comentou.

O presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão (Anapar) e membro do Conselho Nacional de Previdência Complementar, José Ricardo Sasseron, iniciou o debate ao afirmar que a Reforma da Previdência que Paulo Guedes, quer implantar no Brasil não deu certo em nenhum lugar do mundo. “Temos 30 países que tentaram implantá-la, porém 18 voltaram a implantar a Previdência Pública, porque a maioria dos idosos ficaram sem aposentadoria.

O modelo de Previdência Social ideal já é o implantado no Brasil e, agora, ele está sendo desmontado pelo atual governo, segundo Flávio Roberto Batista, professor doutor do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Faculdade de Direito de São Paulo. “Estamos em tempos de “deforma” há 30 anos. Ela começou em 1991 quando o legislado, ao organizar a Constituição, não implementou a Previdência de acordo com o que apontavam as condições constitucionais”, explicou. “A nossa reforma na questão da capitalização é pior do que a reforma chilena porque gera um custo de transição. Se a economia do Brasil está no buraco, onde ela vai estar com menos um trilhão circulando em dez anos? Se hoje estamos em crise econômica, mas que ainda tem como reverter, dentro de dez anos não vai ter mais o que fazer. A economia pode estar irremediavelmente destruída”, afirmou Flávio Batista.

Os diretores do SindBancários Petrópolis, Cláudia Botelho e Marcos Alvarenga, participaram do Seminário em SP.

---

## **Datafolha: 67% dos brasileiros são contra privatizações**

Pesquisa Datafolha publicada pela Folha de S. Paulo, aponta que 67% dos brasileiros são contra a entrega do patrimônio público para o capital privado. E apenas 25% são a favor das privatizações, enquanto 6% não sabem e 2% se declaram indiferentes.

De 2000 a 2017, ao menos 884 serviços foram reestatizados no mundo, segundo o TNI (Transnational Institute), centro de estudos em democracia e sustentabilidade sediado na Holanda. E as reestatizações ocorreram em países centrais do capitalismo, como Estados Unidos e Alemanha.

Isso porque, segundo o TNI, as empresas privadas priorizavam o lucro e os serviços eram ineficientes e caros.

A pesquisa foi feita entre os dias 29 e 30 de agosto e ouviu 2.878 pessoas em 175 municípios do país. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%. Em agosto, o governo ampliou a lista de projetos que deseja entregar ao setor privado. Foram incluídas nove empresas públicas no programa: Correios, Telebrás, Porto de Santos, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores (ABGF), Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) e Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp).

---

## **Fim da dupla função de motorista/cobrador é definitiva em Petrópolis**

A Câmara Municipal derrubou, na última quinta-feira (12/09), o veto do prefeito Bernardo Rossi sobre o Projeto de Lei que proíbe o acúmulo de função de motoristas em coletivos de todas as categorias, inclusive micro-ônibus, miniônibus e executivos.

A partir da publicação no Diário Oficial, será proibido a dupla função nos coletivos que circulam pela cidade de Petrópolis.